

Demonstrações Contábeis

J.Macêdo S.A. e Consolidado

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	12
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial.....	18
Demonstração do resultado.....	19
Demonstração do resultado abrangente.....	20
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	21
Demonstração dos fluxos de caixa	22
Demonstração do valor adicionado.....	23
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	24
Pareceres e declarações dos diretores sobre as demonstrações contábeis.....	75




J.Macêdo
O sabor de fazer bem feito

Relatório da Administração 2018

**Dona
Benta**

Sol

Petybon

Brandini

BOA SORTE

Iniciamos o ano de 2018 com o desafio da retomada do crescimento, diante do cenário instável do país. Com o foco em restaurar a confiança do consumidor, agregado a nossa filosofia de desenvolvimento econômico, social e de negócio, executamos importantes e significativas ações para a alavancagem do posicionamento da J. Macêdo e suas marcas no mercado brasileiro.

Lançamos uma nova identidade visual para a marca Petybon e novas embalagens para uso profissional Dona Benta. Realizamos promoções nacionais com as nossas principais marcas, participamos das maiores feiras e eventos setoriais, voltamos à mídia nacional televisiva através de programas de gastronomia e à mídia digital através de plataformas especializadas em gastronomia. Estas ações foram relevantes para que a marca Dona Benta conquistasse destaque entre as principais marcas contempladas no estudo anual Mais Mais, realizado pela SuperVarejo, além de ser a marca de farinha de trigo destaque líder Brasil (ABRAS Associação Brasileira Supermercados), e fechando o ano, premiada no Marketing Best 2018 pela sua nova Identidade visual.

Tivemos um marco importante na jornada de transformação da J. Macêdo, através da expansão da nossa presença na região Sul do Brasil com a inauguração do Moinho de Campo Mourão e a conquista da certificação FSSC 22.000 (gestão de segurança de alimentos) para o nosso Moinho de Londrina, além da manutenção da certificação do nosso Moinho de Fortaleza e do Complexo Industrial de São José dos Campos, fatos que nos abrem a possibilidade de acesso aos mais exigentes mercados e clientes. Ampliamos o moinho de Salvador com novos equipamentos e integrado ao porto modernizado, sendo um dos mais modernos e eficientes do Brasil.

Ingressamos em um novo segmento, de alto valor agregado, que vem crescendo significativamente nos últimos anos, com os Cookies Dona Benta. Eles abrem a 1ª onda de lançamentos da marca, que contará com novidades em diversas categorias e canais, de acordo com as necessidades de clientes e consumidores das diversas regiões.

Seguimos investindo na ampliação e modernização dos nossos parques fabris, em segurança, em saúde, em meio ambiente, no desenvolvimento dos colaboradores e em excelência do atendimento aos nossos clientes. Priorizamos o Programa com Foco no Cliente, o qual auxiliou a alavancagem dos nossos resultados do 2º semestre. Estamos vivenciando um momento de retomada e aceleração.

Aos poucos, nosso país vai recobrando a confiança, e nós da J. Macêdo vamos aproveitar ao máximo esse momento para investir cada vez mais em nossos clientes, em novas parcerias, no nosso time, nos nossos profissionais e em produtos que agreguem ao consumidor no seu dia a dia.

A J. Macêdo agradece a dedicação e o empenho de seus profissionais, o apoio dos acionistas e investidores e a confiança dos nossos clientes e fornecedores, pois os resultados obtidos são frutos do comprometimento de todo o time que compõe a Companhia e suas operações. Compartilhamos com todos o mérito alcançado neste ano, além de estarmos convictos de que estamos preparados para os desafios que estão por vir. Continuaremos nossa jornada como um só time, desenvolvendo todas nossas atividades com o "Sabor de fazer bem feito".

Walter Faria Júnior
Diretor-Presidente

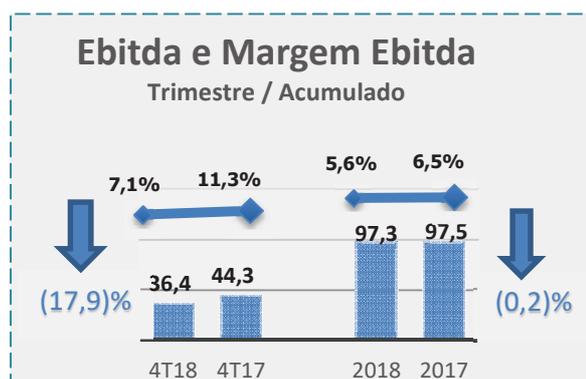
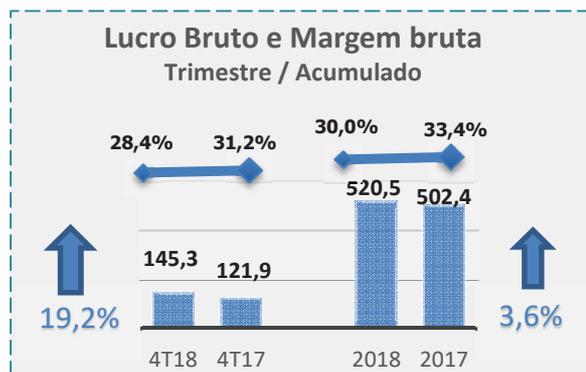
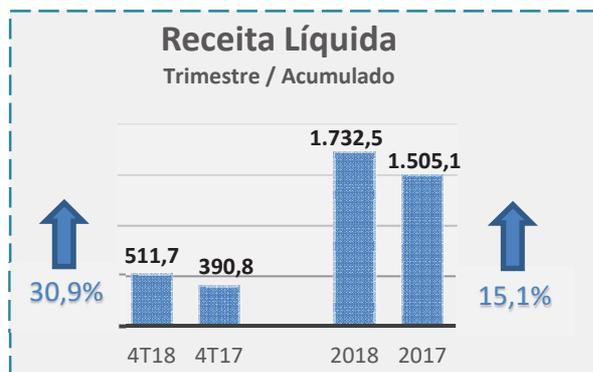
☺ A receita líquida no trimestre foi de R\$ 511,7 milhões, um avanço de 30,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2018, observamos a mesma tendência de crescimento atingindo R\$ 1.732,5 milhões (4T17 R\$ 1.505,1), apresentando em 2018 valor 15,1% maior quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

☺ O EBITDA do último trimestre atingiu R\$ 36,4 milhões, uma redução de 17,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, contudo, eliminando o efeito da avaliação das Propriedades para Investimento, o EBITDA do quarto trimestre apresentaria um crescimento de 136,1%. No acumulado de 2018, atingimos R\$ 97,3 milhões, mantendo-se estável quando comparado ao acumulado de 2017, porém, eliminando o efeito da avaliação citada anteriormente, apresentaríamos um crescimento de 40,8%.

☺ O volume líquido de vendas faturado no 4T18 foi 28,8 mil toneladas superior ao ano anterior, um acréscimo de 13,3%. O volume total no trimestre atingiu 245,4 mil toneladas, impactado principalmente pela categoria de massas, cujo acréscimo foi de 19,9% no trimestre. No acumulado, mantivemos a tendência de crescimento, atingindo o volume líquido de 883,9 mil toneladas, sendo 3,7% superior a 2017 com 852,7 mil t.

☺ As despesas gerais e administrativas aumentaram 2,6% no trimestre, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2018, obtivemos uma redução de 14,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo da implementação de estratégias focadas na eficiência da Companhia para os próximos anos.

☺ O lucro líquido da Companhia cresceu 151,2% no último trimestre de 2018, se comparado ao mesmo período de 2017. No acumulado do ano de 2018, tivemos R\$ 55,1 milhões, 88,2% maior do que o lucro líquido de 2017.



Indicadores

	4T18	4T17	Var%	2018	2017	Var%
<i>Volume de vendas (mil toneladas)</i>	245,4	216,6	13,3	883,9	852,7	3,7
Receita bruta	603,8	445,7	35,5	2.022,7	1.727,1	17,0
Receita líquida	511,7	390,8	30,9	1.732,5	1.505,1	15,1
CPV	(366,4)	(268,9)	36,3	(1.212,1)	(1.002,7)	20,9
Lucro bruto	145,3	121,9	19,2	520,5	502,4	3,6
Despesas com vendas	(96,9)	(83,3)	16,4	(352,5)	(335,9)	4,9
Despesas gerais e administrativas	(23,5)	(22,9)	2,6	(83,6)	(97,4)	(14,1)
Depreciação/amortização	(2,4)	(2,3)	4,8	(9,6)	(9,1)	5,6
Honorários da administração	(2,3)	(2,3)	-	(10,3)	(9,0)	14,4
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	7,6	24,9	(69,6)	(1,8)	13,7	-
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(12,3)	(14,3)	(14,3)	(38,3)	(33,1)	15,8
Lucro antes do IR/CSLL	15,4	21,7	(29,1)	24,2	31,7	(23,8)
Imposto de renda e contribuição social	21,0	(7,2)	-	31,0	(2,4)	-
Lucro líquido	36,4	14,5	151,2	55,1	29,3	88,2
EBITDA	36,4	44,3	(17,9)	97,3	97,5	(0,2)
Investimentos	41,6	22,5	84,9	143,9	181,9	(20,9)
<i>Margem bruta</i>	28,4%	31,2%	-2,8 p.p.	30,0%	33,4%	-3,4
<i>Despesas com vendas</i>	-18,9%	-21,3%	2,4 p.p.	-20,3%	-22,3%	2,0 p.p.
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	-4,8%	-5,9%	1,1 p.p.	-4,8%	-6,5%	1,7 p.p.
<i>Depreciação/amortização</i>	-0,5%	-0,6%	0,1 p.p.	-0,6%	-0,6%	-
<i>Honorários da administração</i>	-0,5%	-0,6%	0,1 p.p.	-0,6%	-0,6%	-
<i>Outras receitas (despesas) operacionais líquidas</i>	1,5%	6,4%	-4,9 p.p.	-0,1%	0,9%	-1,0 p.p.
<i>Margem lucro líquido</i>	7,1%	3,7%	3,4 p.p.	3,2%	1,9%	1,3 p.p.
<i>Margem EBITDA</i>	7,1%	11,3%	-4,2 p.p.	5,6%	6,5%	-0,9

Desempenho das categorias

1) Farinhas e farelo

O volume faturado no 4T18 foi de 185,6 t, um acréscimo de 11,7% em comparação ao 4T17. A receita bruta dessa categoria atingiu R\$ 319,6 milhões no trimestre, um aumento de 41,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, o volume cresceu 2,8%, enquanto a receita aumentou em 20,5%. No ano de 2018, essa categoria representou 53,7% da receita bruta da Companhia (4T17: 51,8%).

O volume total do mercado de Farinhas comercializado no ano (out/nov 17 x out/nov 18) cresceu 7,1% impulsionado pelo canal cash & carry (+15,3%), enquanto a J.Macêdo cresceu 15,1% no mercado nacional. Nosso share valor nacional atingiu 18,3%. As marcas que se destacaram foram Dona Benta, Brandini e Lili.

Na região São Paulo Capital e Interior, a marca Dona Benta foi a que obteve maior crescimento em share volume, com destaque para as embalagens de 5k no canal cash & carry, o qual aumentou 7,3% na Capital e 8,0% no interior de São Paulo.

2) Massas

O volume faturado no último trimestre foi de 43,1 mil t, um incremento de 19,9% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, enquanto que a receita bruta da categoria atingiu R\$ 156,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, um aumento de 37,5%. No acumulado de 2018, o crescimento em volume foi de 6,4%, e a receita cresceu 12,3% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

O mercado de Massas cresceu 0,9% em volume no período acumulado (nov/ dez17 x nov/ dez18), enquanto a J.Macêdo cresceu 1,4%, impulsionados pela região Nordeste com crescimento de 0,9p.p., grande Rio de Janeiro em 0,6 p.p. e Interior de São Paulo com 1,2 p.p..

3) Outras categorias

O volume faturado para a categoria de Misturas no trimestre foi de 8,8 mil t, um acréscimo de 1,5% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. A receita bruta da categoria cresceu, atingindo R\$ 47,2 milhões no período, um aumento de 7,2% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No acumulado de 2018, obtivemos uma redução do volume de 2,8% enquanto a receita manteve-se estável, reduzindo apenas 0,1% se comparado ao mesmo período de 2017.

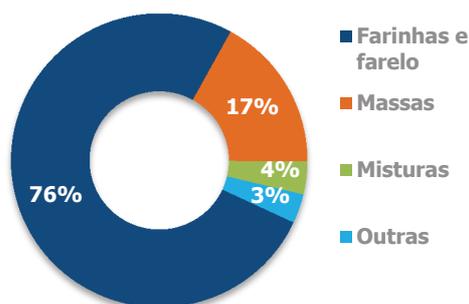
O volume faturado para a categoria de Biscoitos no trimestre foi de 4,9 mil t, um acréscimo de 51,6% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. A receita bruta da categoria de Biscoitos atingiu R\$ 37,1 milhões no trimestre, crescimento de 65,0% comparado ao mesmo período do ano anterior (4T17: R\$ 22,5 milhões). A evolução na categoria é atribuída às ações que estão sendo realizadas desde o ano anterior. No 4T18 representou 6,2% da receita bruta da Companhia (4T17: 5,0%). No ano de 2018, o crescimento em volume foi de 30,0%, enquanto a receita cresceu em 35,8%.

O volume faturado do 4º trimestre de 2018 para as categorias de Sobremesas, Fermentos e Bebidas foi de 1,2 mil t, mantendo-se estável em relação ao mesmo período do ano anterior. A receita bruta das categorias totalizou

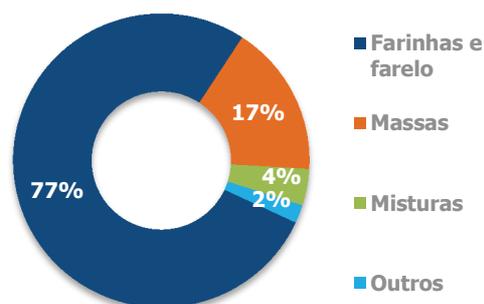
o montante de R\$ 37,3 milhões no 4T18, com uma representação de 6,2% na receita bruta da Companhia (4T17: 5,3%). No acumulado, o volume atingiu 4,2 mil t e a receita bruta R\$ 102,5 milhões, sendo 26,0% maior do que a receita bruta do acumulado em 2017.

Segue abaixo a composição percentual do volume líquido de vendas em toneladas:

Composição das vendas 2018



Composição das vendas 2017



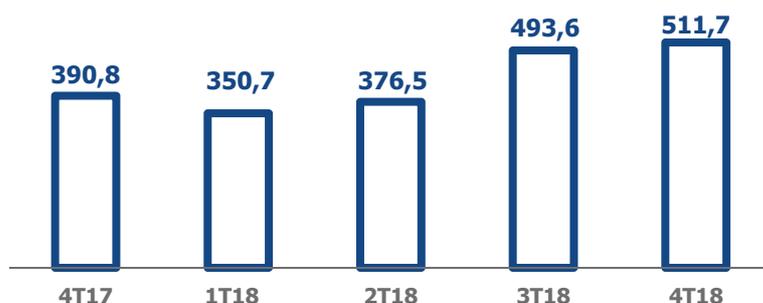
Volume / Receita líquida

Em conformidade com as novas regras contábeis emitidas pelo CPC 47, reclassificamos valores de verbas, comissões e acordos com clientes que anteriormente eram consideradas despesas operacionais para deduções da receita.

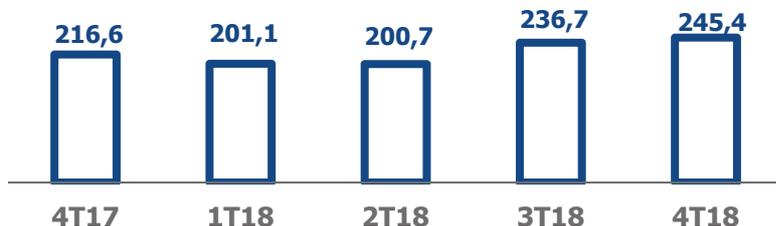
A receita líquida da Companhia no 4T18 foi de R\$ 511,7 milhões, 30,9% maior que o mesmo período de 2017. Desconsiderando o efeito da reclassificação, conforme CPC 47, a receita seria acrescida de R\$ 16,0 milhões totalizando o valor de R\$ 527,7 milhões, que representaria um aumento de 35,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O volume de venda líquido foi de 245,4 mil toneladas, 13,3% maior que o volume do mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2018, o volume foi 3,7% maior do que o mesmo período do ano anterior, chegando a 883,9 mil toneladas.

Receita líquida
(R\$ milhões)



Volume de vendas (em mil toneladas)



Lucro bruto

O lucro bruto do 4T18, de acordo com as novas práticas contábeis, foi de R\$ 145,3 milhões. Com um aumento de 19,2% no lucro bruto em relação ao mesmo trimestre do ano anterior e margem bruta de 28,4%. O acumulado de 2018 foi R\$ 520,5 milhões, um acréscimo de 3,6% comparado ao acumulado de 2017.

Considerando os montantes de 2018 com a mesma base comparativa de 2017, o lucro bruto do trimestre foi R\$ R\$ 161,3 milhões, representando 30,6% da receita líquida do trimestre. O acumulado de 2018 atingiu os R\$ 566,1 sendo 12,7% maior que os R\$ 502,4 milhões de 2017

Lucro bruto e Margem bruta (em R\$ milhões e em %)



Despesas operacionais

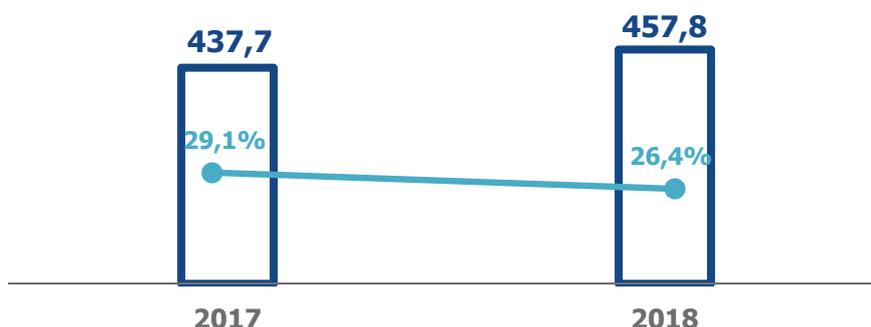
De acordo com a adoção das novas práticas contábeis, reclassificamos o valor de R\$ 16,0 milhões no 4T18 transferindo de despesas para dedução da receita bruta, e R\$ 45,7 milhões no acumulado do ano.

Considerando o valor das despesas antes da reclassificação, teríamos o total de R\$ 133,6 milhões (25,3% da receita líquida), que representa um acréscimo de 55,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior (4T17: R\$ 85,9 milhões), decorrente do aumento significativo de fretes de 29,7% e do ajuste positivo de R\$ 29,9 milhões dos imóveis classificados como Propriedades para Investimento no quarto trimestre de 2017. No acumulado de 2018, chegaríamos a um total de R\$ 503,4 milhões, com um aumento de 15,0% quando comparado ao mesmo período no ano anterior.

Seguindo com a mesma base comparativa, as despesas com vendas cresceram 16,4%, impactadas principalmente pelo aumento no custo do frete e na malha logística, além dos investimentos comerciais no período. Após a reclassificação das despesas variáveis para linha de dedução, no montante R\$ 15,1 milhões, temos um aumento de 34,6% do 4T17 para o 4T18.

As despesas gerais e administrativas reduziram 14,1% no acumulado do ano, equivalente a R\$ 13,8 milhões, impactadas pela conclusão dos projetos de eficiência.

Despesas operacionais e % RL (em R\$ milhões e em %)



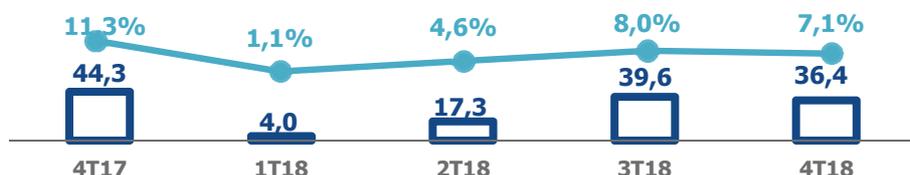
EBITDA

A Companhia encerra o 4T18 com um EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 36,4 milhões e margem EBITDA em 7,1%. No resultado acumulado, atingimos um EBITDA de R\$ 97,3 milhões, mantendo-se estável em relação ao mesmo período do ano anterior onde obtivemos R\$ 97,5 milhões. A margem EBITDA de 2018 atingiu 5,6%.

Conforme mencionamos nos destaques, contabilizamos no 4T17 o ajuste a valor de mercado positivo das Propriedades para Investimento no montante de MR\$ 29,9. Excluindo este efeito nas bases comparativas, teríamos em 2018 um crescimento no quarto trimestre em 136,1% e de 40,8% no acumulado ano.

Reconciliação do EBITDA	4T18	4T17	Var%	2018	2017	Var%
Lucro antes do IR e CS - LAIR	15,4	21,7	(29,1)	24,2	31,7	(23,8)
Depreciação/ amortização custos	6,6	6,0	10,0	25,2	23,6	6,8
Depreciação/ amortização despesas	2,1	2,3	(8,3)	9,6	9,1	5,6
Resultado financeiro	12,3	14,3	(14,3)	38,3	33,1	15,8
EBITDA	36,4	44,3	(17,9)	97,3	97,5	(0,2)

EBITDA e Margem EBITDA (em R\$ milhões e em %)



Investimentos

Seguimos com a execução do plano de investimentos, com foco na modernização e aumento da capacidade de armazenagem e ampliação/ eficiência na produção com destaque em 2018 para a modernização do processo produtivo das farinhas especiais de maior valor agregado e melhorias ao processo de moagem gerando mais produtividade para nossas mesclas de trigo. Investimos no quarto trimestre de 2018, R\$ 41,6 milhões, valor 84,9% maior que o mesmo período do ano anterior. No acumulado, os investimentos totalizaram R\$ 143,9 milhões, valor 20,9% menor que o mesmo período do ano anterior, em função do estágio de finalização em que se encontram as obras.

Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro	4T18	4T17	Var%	2018	2017	Var%
Receitas financeiras	16,3	10,2	59,8	92,5	43,6	112,0
Despesas financeiras	(28,6)	(24,5)	16,6	(130,8)	(76,7)	70,5
Total	(12,3)	(14,3)	(14,3)	(38,3)	(33,1)	15,8

A Companhia registrou no 4T18 resultado financeiro líquido de R\$ 12,3 milhões negativo, uma redução de 14,3% em relação ao mesmo período de 2017. O resultado no período foi impactado negativamente pelo aumento da dívida líquida de R\$ 80,6 milhões.

Endividamento

Seguindo com a execução do plano de investimentos da Companhia, encerramos o ano de 2018 com total do endividamento em R\$ 551,2 milhões.

Dívida líquida	2018	2017	Var%
Curto prazo	337,9	182,9	84,7
Empréstimos e financiamentos	337,9	153,7	119,8
Debêntures	-	29,2	(100,0)
Longo prazo	213,3	405,7	(47,4)
Empréstimos e financiamentos	213,3	405,7	(47,4)
Debêntures	-	-	-
Total endividamento	551,2	588,6	(6,4)
(-) Caixa	(185,3)	(322,6)	(42,6)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(20,0)	(0,7)	2.757,1
Dívida líquida	345,9	265,3	30,4

Desempenho do trigo

O desempenho das compras de trigo da Companhia é medido em relação a indicadores de mercado. Para os trigos importados a comparação é feita com os números divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Já as compras dos trigos nacionais são comparadas com o indicador divulgado pela consultoria Safras e Mercados para a praça em que os moinhos estão localizados.

Considerando estes indicadores, as importações de trigo tiveram um custo 4,5% abaixo da média de mercado no trimestre e 7,1% no acumulado do ano. Já as compras de trigo nacional ficaram 2,6% abaixo do indicador para o trimestre e 8,5% abaixo no ano.

O ano de 2018 foi atípico e apresentou variações acima do normal nos preços dos trigos. O cereal da Argentina registrou elevação superior a 50% no primeiro semestre, saindo de US\$ 178 para US\$ 275 por tonelada, após um período de intensas vendas para a exportação, associado, principalmente, à forte desvalorização do peso frente ao dólar, que levou os produtores a não ofertarem o trigo no mercado até a estabilização do câmbio. Esta alta refletiu no mercado de trigo nacional, que subiu seus preços em cerca de 60% no mesmo período, influenciado também pela desvalorização do real frente ao dólar. Ao longo do segundo semestre os preços voltaram a cair com a normalização da situação econômica da Argentina e a entrada da safra no Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina.

Em função deste cenário de grande volatilidade, os custos médios totais das aquisições de trigo no período de outubro a dezembro de 2018 até apresentaram uma queda em relação ao trimestre anterior, 2,2%, porém tiveram uma forte alta em relação ao mesmo período de 2017, 42,2%. Na comparação anual, o custo médio de 2018 ficou 28,9% acima do verificado em 2017.

Desenvolvimento humano e organizacional

O ano de 2018 representou um importante marco na jornada positiva de transformação da J. Macêdo com destaque para:

- 1 - Fóruns de Líderes para o redesenho da estratégia e avaliação de indicadores-chave de performance;
- 2 – Continuidade no aprendizado organizacional, através da Academia de Liderança, Escola de Operações, Escola Comercial e do Programa Anual de Treinamento.

O Programa J. Legal, iniciativa de compromisso social da J. Macêdo voltada para a formação, orientação e inserção de jovens no mercado de trabalho, realizado em parceria com a Rede Cidadã e com o apoio do BNDES, cumpriu a meta acordada para os 2,5 anos do Programa chegando ao número de 1.125 jovens capacitados e 720 jovens contratados por empresas de diversos segmentos na região metropolitana de Fortaleza.

Desenvolvemos nossa estratégia de pessoas, preparando o lançamento do plano de carreira J. Macêdo, com avaliação baseado em valores e competências, alinhado com o plano desenvolvimento individual.

O Programa Excelência em SSMA - Segurança, Saúde e Meio Ambiente, que visa a conquista do zero acidente de trabalho até 2021, alcançou em 2018 uma redução de 44% na frequência de acidentes com afastamento e 51% de redução em relação a gravidade destes acidentes.

Auditoria independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que, desde a contratação da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") como empresa de auditoria independente, todos os requerimentos desta instrução foram atendidos.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão do auditor independente e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/18. Essas informações foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19/03/2019.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudança.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
J.Macêdo S.A.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da J.Macêdo S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da J.Macêdo S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria o tratou, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receitas de vendas

A Companhia produz e embarca diariamente grande quantidade de produtos para seus clientes, que são transportados por caminhões de transportadoras independentes, com entregas em todas as regiões do país.

Considerando o grande volume e pulverização das suas vendas e a relevância do respectivo valor registrado em suas demonstrações contábeis, a Companhia possui controles para determinar a data de entrega dos produtos para o registro contábil das receitas no correto período de competência. A determinação do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da administração da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional. Esse julgamento profissional pode levar ao risco de reconhecimento antecipado de receita, em especial no que se refere ao período de fechamento contábil mensal. Em função desses aspectos, consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles chaves implementados pela Companhia sobre a determinação do momento de reconhecimento da receita; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecida pela Companhia de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; e (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtivemos as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil apropriado. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações relacionadas, incluídas nas notas explicativas nº 3.12 e nº 23.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas de vendas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receita adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas retromencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 19, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal do negócio, cujo saldo total de provisão registrado nas demonstrações contábeis consolidadas é de aproximadamente R\$ 12 milhões.

Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade, o que aumenta o risco inerente de litígio. Portanto, a avaliação da exposição, a mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões e passivos contingentes, relativas a esses processos requer significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, e ao impacto que um resultado desfavorável em tais processos, individualmente ou em conjunto, pode ter nas demonstrações individuais e consolidadas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos chave relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes.

Avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados, considerando ainda a opinião dos assessores jurídicos, bem como dados e informações históricas. Adicionalmente, obtivemos cartas dos assessores jurídicos contendo avaliação das probabilidades de perdas e valores envolvidos nos respectivos processos. Para causas com valores considerados relevantes de acordo com nosso julgamento profissional, avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas, a determinação do risco de perda e do valor estimado. Também analisamos as respectivas divulgações a fim de identificar se fornecem informações relevantes sobre a natureza, exposição e valores relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões e passivos contingentes fiscais, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das probabilidades de perda associadas às provisões adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 19 de março de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6



Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC-1SP171230/O-7-T-PE

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Balço patrimonial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes a caixa	4	35.111	228.861	119.068	322.644						
Aplicações financeiras	5	66.271	-	66.271	-						
Contas a receber de clientes	6	159.776	131.152	200.589	152.389						
Estoques	7	194.607	206.001	165.155	110.602						
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	124.727	86.689	124.781	86.735						
Contas a receber de partes relacionadas	12	110.445	-	110.445	-						
Instrumentos financeiros derivativos	28	28.760	7.674	28.760	7.674						
Despesas antecipadas		7.675	7.221	7.724	7.261						
Outros créditos		11.318	5.582	11.833	5.722						
Total do ativo circulante		738.690	673.180	834.626	693.027						
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	9	64.062	33.855	68.158	37.277						
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	46.857	44.282	46.857	44.282						
Outros créditos		8.330	6.939	8.335	6.943						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.811	-	1.811	-						
Investimentos	11	16.906	18.404	64	64						
Propriedades para investimentos	12	-	108.081	-	108.081						
Imobilizado	13	715.719	604.585	716.682	605.576						
Intangível	14	6.014	7.691	12.413	14.090						
Total do ativo não circulante		859.699	823.837	854.320	816.313						
Total do ativo		1.598.389	1.497.017	1.688.946	1.509.340						
Passivo											
Circulante											
Fornecedores	15	310.343	210.237	420.970	236.899						
Empréstimos e financiamentos		337.895	170.364	336.707	153.666						
Com terceiros	17	336.707	153.666	336.707	153.666						
Com partes relacionadas	9	1.188	16.698	-	-						
Obrigações sociais e trabalhistas		21.043	17.425	21.291	17.631						
Tributos a recolher	16	7.475	11.934	7.563	12.004						
Debêntures	18	-	29.203	-	29.203						
Financiamento de tributos		147	680	147	680						
Arrendamentos mercantis financeiros		1.239	1.792	1.239	1.792						
Dividendos e JCP a pagar		11	11	11	11						
Instrumentos financeiros derivativos	28	8.892	4.702	8.892	4.702						
Outras contas a pagar		42.439	27.712	38.731	29.795						
Total do passivo circulante		729.484	474.060	835.551	486.383						
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos		228.140	405.678	212.630	405.678						
Com terceiros	17	212.630	405.678	212.630	405.678						
Com partes relacionadas	9	15.510	-	-	-						
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	2.322	-	2.322						
Arrendamentos mercantis financeiros		673	1.938	673	1.938						
Financiamento de tributos		656	575	656	575						
Outras contas a pagar		4.087	5.031	4.087	5.031						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	28.993	-	28.993						
Provisão para contingências	19	12.010	11.747	12.010	11.747						
Total do passivo não circulante		245.566	456.284	230.056	456.284						
Patrimônio líquido											
Capital social	21	198.603	198.603	198.603	198.603						
Reserva de lucros	21.a e 21.d	408.989	344.937	408.989	344.937						
Ajustes de avaliação patrimonial	21.c e 21.e	15.747	23.133	15.747	23.133						
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		623.339	566.673	623.339	566.673						
Total do patrimônio líquido		623.339	566.673	623.339	566.673						
Total do passivo e patrimônio líquido		1.598.389	1.497.017	1.688.946	1.509.340						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	23	1.718.107	1.501.587	1.732.496	1.505.091
Custo das vendas	24	(1.199.410)	(999.722)	(1.212.065)	(1.002.718)
Lucro bruto		518.697	501.865	520.431	502.373
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	(352.470)	(335.961)	(352.470)	(335.961)
Despesas gerais e administrativas	24	(82.940)	(96.731)	(83.675)	(97.421)
Honorários da administração	9 e 24	(10.301)	(8.935)	(10.301)	(8.935)
Depreciação e amortização	24	(9.612)	(9.049)	(9.612)	(9.049)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	(1.799)	13.658	(1.796)	13.632
Resultado de equivalência patrimonial	11	(2.996)	(783)	-	-
		(460.118)	(437.801)	(457.854)	(437.734)
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos		58.579	64.064	62.577	64.639
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	92.326	43.054	92.490	43.498
Despesas financeiras	27	(126.661)	(75.558)	(130.797)	(76.541)
		(34.335)	(32.504)	(38.307)	(33.043)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		24.244	31.560	24.270	31.596
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	10	120	(88)	94	(124)
Diferido	10	30.804	(2.239)	30.804	(2.239)
		30.924	(2.327)	30.898	(2.363)
Lucro líquido do exercício		55.168	29.233	55.168	29.233
Lucro por ação: básico e diluído - R\$	22	2,52691	1,33899		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	55.168	29.233
Itens que poderão ser classificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	1.498	147
Resultado abrangente total	56.666	29.380
Resultado abrangente atribuível aos: Acionistas controladores	56.666	29.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	198.002	601	328.396	-	22.181	549.180
Transações de capital com os sócios						
Distribuição de dividendos complementares	-	-	(11.887)	-	-	(11.887)
Aumento de capital	601	(601)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes						
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 11)	-	-	-	-	147	147
Mutações internas do patrimônio líquido						
Realização do custo atribuído	-	-	-	(805)	805	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	29.233	-	29.233
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 21.d)	-	-	1.462	(1.462)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Notas 20 e 21.b)	-	-	26.966	(26.966)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	198.603	-	344.937	-	23.133	566.673
Outros resultados abrangentes						
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 11)	-	-	-	-	1.498	1.498
Mutações internas do patrimônio líquido						
Realização do custo atribuído	-	-	-	8.884	(8.884)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	55.168	-	55.168
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva legal (Nota 21.d)	-	-	2.758	(2.758)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (Notas 20 e 21.b)	-	-	61.294	(61.294)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	198.603	-	408.989	-	15.747	623.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	55.168	29.233	55.168	29.233
Ajustes ao lucro líquido do exercício:				
Depreciação e amortização	33.038	31.947	33.193	32.334
Resultado de equivalência patrimonial	2.996	783	-	-
Valor residual de ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento baixados	111.642	17.427	111.690	17.427
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	(689)	(330)	(689)	(330)
Constituição de provisão para contingências	687	3.441	687	3.441
Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	279	(62)	279	(62)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	33.904	20.642	35.402	20.790
Constituição (reversão) de IRPJ e CSLL diferidos	(30.804)	2.239	(30.804)	2.239
Valor justo das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos	(22.092)	(21.458)	(22.092)	(21.458)
Créditos extemporâneos de ICMS/ PIS/ COFINS	(17.468)	(16.757)	(17.468)	(16.757)
Depósitos judiciais	3.136	-	3.136	-
Variação de ativos e passivos				
Decréscimo (acréscimo) de ativos				
Contas a receber de clientes	(27.935)	64.033	(47.511)	42.088
Estoques	11.115	(99.516)	(54.832)	(11.026)
Impostos e contribuições sociais a compensar	(23.145)	(10.613)	(23.153)	(10.593)
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	(27.814)	(3.046)	(28.488)	(3.604)
Contas a receber de partes relacionadas	(110.445)	-	(110.445)	-
Outros créditos	(7.581)	7.005	(7.967)	11.440
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	100.106	125.007	184.071	133.797
Tributos a recolher	(4.459)	1.628	(4.441)	1.585
Obrigações sociais e trabalhistas	3.618	(11.135)	3.660	(11.114)
Financiamento de impostos	-	-	-	-
Provisão para contingências	(4.526)	(3.198)	(4.526)	(3.198)
Outras contas a pagar	11.512	(7.156)	5.722	(5.180)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	90.243	130.114	80.592	211.052
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação de recursos no intangível	(1.735)	(4.108)	(1.735)	(4.108)
Aplicação de recursos no imobilizado	(123.985)	(172.450)	(124.160)	(172.784)
Aplicação financeira	(74.909)	(155.749)	(74.909)	(155.749)
Resgate de aplicação financeira	10.064	180.649	10.064	180.649
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(190.565)	(151.658)	(190.740)	(151.992)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	142.823	458.532	142.823	458.532
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(187.047)	(174.150)	(187.047)	(174.150)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(31.641)	(18.900)	(31.641)	(18.900)
Amortização de principal de debêntures	(28.600)	(28.560)	(28.600)	(28.560)
Amortização de juros de debêntures	(1.723)	(6.470)	(1.723)	(6.470)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(11.887)	-	(11.887)
Captação (amortização) de instrumentos financeiros derivativos	510	(17.342)	510	(21.771)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(105.678)	201.223	(105.678)	196.794
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	(206.000)	179.679	(215.826)	255.854
Diferença cambial líquida	12.250	252	12.250	252
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	228.861	48.930	322.644	66.538
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	35.111	228.861	119.068	322.644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas	1.899.698	1.701.465	1.914.996	1.705.877
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.007.508	1.722.744	2.022.801	1.727.155
(-) Abatimentos e descontos	(112.899)	(53.971)	(112.899)	(53.971)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão (constituição)	689	330	689	330
Outras receitas	4.400	32.362	4.405	32.363
Insumos adquiridos de terceiros	(1.406.608)	(1.222.434)	(1.419.644)	(1.225.978)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.175.984)	(976.823)	(1.188.484)	(979.820)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(228.086)	(232.071)	(228.498)	(232.527)
(Perda) recuperação de valores ativos	13.108	(2.577)	13.108	(2.577)
Outras despesas operacionais	(15.646)	(10.963)	(15.770)	(11.054)
Valor adicionado bruto	493.090	479.031	495.352	479.899
Depreciação, amortização e exaustão	(33.038)	(31.947)	(33.193)	(31.947)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	460.052	447.084	462.159	447.952
Valor adicionado recebido em transferências	89.330	42.271	92.490	43.498
Resultado de equivalência patrimonial	(2.996)	(783)	-	-
Receitas financeiras	92.326	43.054	92.490	43.498
Valor adicionado total a distribuir	549.382	489.355	554.649	491.450
Distribuição do valor adicionado	549.382	489.355	554.649	491.450
Pessoal	181.473	171.147	181.641	171.293
Remuneração direta	105.472	105.564	105.576	105.666
Honorários	10.301	8.935	10.301	8.935
Participação nos resultados	4.500	930	4.500	930
Benefícios	45.803	40.436	45.824	40.448
F.G.T.S	10.746	9.928	10.746	9.928
Outros gastos com pessoal	4.651	5.354	4.694	5.386
Impostos, taxas e contribuições	175.354	202.539	176.317	203.505
Federais	43.421	72.323	44.034	72.947
Estaduais	129.158	127.184	129.191	127.207
Municipais	2.775	3.032	3.092	3.351
Remuneração de capitais de terceiros	137.387	86.436	141.523	87.419
Despesas financeiras	126.661	75.558	130.797	76.541
Aluguéis	10.726	10.878	10.726	10.878
Remuneração de capitais próprios	55.168	29.233	55.168	29.233
Lucros retidos no exercício	55.168	29.233	55.168	29.233

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia e controladas

A J.Macêdo S.A. (“J.Macêdo” ou “Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e na comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos, fermentos e bebidas, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitarem a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia abrangem a J.Macêdo, sua controlada e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Companhia”).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, consistentes com às utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2018, foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 19 de março de 2019.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo, sendo avaliados mensal e anualmente: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento, respectivamente.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis-- Continuação

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo, exceto pela controlada Cipolin S.A., que tem o dólar norte-americano como moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de forma adversa.

Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações, foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados

Estimativas

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, benefícios de curto prazo a empregados, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na determinação se a Companhia detém de fato controle sobre suas investidas, assim como na classificação de contratos de arrendamento.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia, de sua controlada e da operação em conjunto em 31 de dezembro de 2018 e 2017, apresentadas a seguir:

Razão social	País sede	% Participação societária	
		2018	2017
(a) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
(b) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

(a) Cipolin (sociedade de capital fechado) – Controlada integral da J.Macêdo S.A., foi constituída em 1985, sob a razão social de “Cipolin S.A.”. A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo para a J.Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.

(b) Tergran (sociedade de capital fechado) – Refere-se a operação controlada em conjunto com as companhias Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação em conjunto (*joint operation*). A Tergran é uma empresa de propósito específico, com personalidade jurídica própria, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e a armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos, transações e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.1. Controlada e operação controlada em conjunto

As demonstrações contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Controlada e operação controlada em conjunto--Continuação

A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos de sua controlada e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos proporcionalmente à participação na entidade.

3.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia na data da transação, ou seja, na data em que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou do estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do período de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensuradas ao valor justo, existe a presunção de que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3 Tributos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.4 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na Nota 20.

3.5 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - Custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para o CPC (IFRS), foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6 Imobilizado--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.7 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7 Propriedades para investimento--Continuação

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data das demonstrações contábeis. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem geradas.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

3.8 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

Ativos financeiros

Em cada data de apresentação das demonstrações contábeis, é analisado se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, estima-se o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros-- Continuação

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, entre outras.

É considerada evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, utiliza-se tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e impostos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros-- Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente ao fim do exercício social em relação à perda por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações contábeis, líquida de qualquer reembolso.

3.11 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o direito relacionado seja concedido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.12 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As transações de receita são avaliadas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e os benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.12. Reconhecimento de receita--Continuação

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas com instrumentos financeiros derivativos e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.13 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade para o qual haja informação financeira individualizada disponível, sendo avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações dessa entidade na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: farinha e farelo de trigo, mistura para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos, fermentos e bebidas. A produção e a comercialização dos produtos alimentícios não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Considerando que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento objeto de reporte.

3.14 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada foi elaborada nos termos CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme normas contábeis brasileiras aplicáveis às companhias listadas na CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.15 Normas emitidas e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018

Durante o exercício corrente, a Companhia adotou os seguintes pronunciamentos contábeis, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018:

3.15.1. Adoção CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

O Grupo adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018. Outras novas normas são efetivas a partir da referida data, contudo, sem efeito material nas demonstrações contábeis do Grupo.

O efeito da aplicação inicial dessa norma é atribuído principalmente por:

- Reclassificação das verbas indiretas e acordos comerciais classificados anteriormente como despesas de vendas;
- Reclassificação da provisão para redução ao valor recuperável de clientes anteriormente classificada como outras despesas.

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas, o CPC 17 / IAS 11 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18 e interpretações relacionadas.

A tabela a seguir resume os impactos da adoção do CPC 47 / IFRS 15 na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, para cada linha afetada. Não houve impacto material no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

3.15 Normas emitidas e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018--Continuação

3.15.1. Adoção CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes--Continuação

	Controladora			
	Nova regra		Ajustes	
	31/12/2018	CPC 47 / IFRS 15	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de vendas	2.007.508	-	2.007.508	1.722.744
(-) Impostos	(173.171)	-	(173.171)	(167.186)
(-) Devoluções	(47.025)	-	(47.025)	(29.541)
(-) Abatimentos	(69.205)	45.627	(23.578)	(24.430)
Receita líquida de vendas	1.718.107	-	1.763.734	1.501.587
Custo das vendas	(1.199.410)	-	(1.199.410)	(999.722)
Lucro bruto	518.697		564.324	501.865
Despesas com vendas	(352.470)	(42.295)	(394.765)	(335.961)
Despesas gerais e administrativas	(82.940)	-	(82.940)	(96.731)
Honorários da administração	(10.301)	-	(10.301)	(8.935)
Depreciação e amortização	(9.612)	-	(9.612)	(9.049)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(4.795)	(3.332)	(8.127)	12.875
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	58.579	-	58.579	64.064
Resultado financeiro	(34.335)	-	(34.335)	(32.504)
Resultado antes dos impostos	24.244	-	24.244	31.560
Imposto de renda e contribuição social	30.924	-	30.924	(2.327)
Lucro líquido do exercício	55.168	-	55.168	29.233

3.15.2. Adoção CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.15 Normas emitidas e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018--Continuação

3.15.2. Adoção CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Contas a receber e empréstimos e recebíveis com partes relacionadas.

Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: Caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e operação de “swap”.

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.15 Normas emitidas e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018--Continuação

3.15.2. Adoção CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável

A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente a perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e modelos construídos para esse fim. Além disso, mensalmente são avaliadas as variações do risco de crédito dos ativos financeiros e essa avaliação está intimamente relacionada ao risco de *default* que a Companhia está sujeita e o montante que será utilizado como base para reconhecimento das perdas, ou seja, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses e caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

Dentre os ativos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável: contas a receber de clientes.

Passivos financeiros

Classificação

Os passivos financeiros da Companhia são classificados em:

Custo amortizado

Representado por fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis financeiros, debêntures e empréstimos e financiamentos com partes relacionadas.

Valor justo por meio do resultado

Representado por instrumentos financeiros derivativos.

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e contas a pagar). A Companhia possui como passivo financeiro nesta categoria: operação de “swap”

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.15 Normas emitidas e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018--Continuação

3.15.2. Adoção CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

O resumo da nova classificação é como segue:

Adequações - IFRS 9 / CPC 48		
Ativo/Passivo financeiro	Classificação anterior	Classificação atual
Bancos conta movimento	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Aplicações financeiras	Mantidos até o vencimento	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Operação de "swap"	Mantidos até o vencimento	Valor justo por meio do resultado
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Arrendamentos mercantis financeiros	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

3.16 Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão de suas demonstrações contábeis são divulgadas abaixo. O Grupo pretende adotar essas normas quando elas entrarem em vigor.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.16 Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

a) IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamentos existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A nova norma traz um modelo único de arrendamento mercantil, baseado no direito de uso do ativo em troca de uma contraprestação, com tratamento semelhante ao arrendamento mercantil financeiro. Na prática, as mudanças afetarão especialmente as companhias arrendatárias, sem alterações relevantes nas companhias arrendadoras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

O grupo planeja adotar o método da aplicação retrospectiva modificada, conforme o item C8, letra “b”, item “ii” do CPC 06 (R2), no qual a contabilização se dará pelos pagamentos mínimos futuros do arrendamento a valor presente em 1º de janeiro de 2019, sem efeito retrospectivo no patrimônio líquido.

A Administração optará por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de curto prazo (até doze meses), desde que não apresentem opção de compra, e para ativos subjacentes de baixo valor.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a administração efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2) e concluiu que a nova norma terá impactos financeiros para a companhia. Em suma, espera-se que o impacto da adoção do CPC 06 (R2) nos próximos cinco anos, considerando o prazo de vencimento atual dos contratos, seja o seguinte:

- Impacto no balanço patrimonial

Ano	Ativo de direito de uso	Passivo de arrendamento
2019	28.260	28.260
2020	20.107	20.917
2021	12.822	13.880
2022	7.185	8.097
2023	2.795	3.281

- Impacto na demonstração do resultado (depreciação e juros) e no caixa (contraprestações)

Ano	Contraprestação	Despesa de juros	Despesa de depreciação
2019	9.429	2.086	8.154
2020	8.505	1.468	7.285
2021	6.715	932	5.637
2022	5.312	495	4.390
2023	3.396	115	2.794
	<u>33.357</u>	<u>5.096</u>	<u>28.260</u>

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.16 Normas emitidas mas ainda não vigentes--Continuação

b) Outras normas, interpretações e alterações às normas

As demais alterações mandatórias para demonstrações contábeis, com início em 1º de janeiro de 2019, não foram listadas acima devido à sua não-aplicabilidade ou à sua imaterialidade para as demonstrações contábeis do Grupo.

4. Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Bancos conta movimento	32.503	8.291	116.421	41.872
Equivalentes de caixa	2.608	220.570	2.647	280.772
	35.111	228.861	119.068	322.644

Os equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 92,90% (31 de dezembro de 2017: 98,16%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão destinadas à negociação imediata. Os equivalentes de caixa possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas. A controlada Cipolin S.A. não tem mais recursos aplicados no Banco Safra – NY na posição de 31 de dezembro de 2018 (31 de dezembro de 2017: R\$ 60.202).

O Grupo mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Por esse motivo, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da demonstração do fluxo de caixa.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras	66.271	-	66.271	-
	66.271	-	66.271	-

As aplicações financeiras se referiam a CDBs pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 92,90% do CDI, em 31 de dezembro de 2018.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Clientes no país	168.047	138.683	208.860	159.920
Desconto de verbas contratuais	(8.112)	(6.683)	(8.112)	(6.683)
Provisão para redução ao valor recuperável	(159)	(848)	(159)	(848)
	159.776	131.152	200.589	152.389

Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes possui a seguinte apresentação:

Prazo	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Valores a vencer:	135.886	126.865	176.699	148.102
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	19.058	7.949	19.058	7.949
de 31 a 60 dias	6.194	1.584	6.194	1.584
de 61 a 90 dias	3.710	736	3.710	736
de 91 a 180 dias	1.879	1.522	1.879	1.522
Acima de 181 dias	1.320	27	1.320	27
	168.047	138.683	208.860	159.920

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está assim representada:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	(848)	(1.178)
Reversões	689	330
Saldo final	(159)	(848)

Na Nota 28, está demonstrado o montante de contas a receber por tipo e por dependência de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos acabados	56.851	34.762	56.851	34.762
Matérias-primas	64.230	44.771	64.230	44.771
Materiais de produção	21.240	16.727	21.240	16.727
Materiais de manutenção e outros	9.868	8.860	9.891	8.883
Produtos em processo	5.648	3.394	5.648	3.394
Importações de matéria prima em andamento (a)	36.770	97.487	7.295	2.065
	194.607	206.001	165.155	110.602

(a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias-primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de adiantamentos com a controlada Cipolin é de R\$ 29.475 (31 de dezembro de 2017: R\$ 95.422).

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

7. Estoques--Continuação

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias-primas e materiais de manutenção. A movimentação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, segue assim representada:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	(2.809)	(2.871)
Reversões (provisões)	(279)	62
Saldo final	(3.088)	(2.809)

8. Impostos e contribuições sociais a recuperar

	Controladora					
	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	21.681	5.853	27.534	19.309	13.748	33.057
ICMS a apropriar (b)	19.028	64	19.092	12.232	67	12.299
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	3.380	13.148	16.528	2.994	9.076	12.070
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	4.355	-	4.355	3.033	-	3.033
PIS a recuperar (c)	13.467	5.006	18.473	10.970	4.965	15.935
COFINS a recuperar (c)	59.030	22.702	81.732	35.426	16.234	51.660
Outros impostos e contribuições	3.786	84	3.870	2.725	192	2.917
	124.727	46.857	171.584	86.689	44.282	130.971

	Consolidado					
	2018			2017		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	21.681	5.853	27.534	19.309	13.748	33.057
ICMS a apropriar (b)	19.028	64	19.092	12.232	67	12.299
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	3.380	13.148	16.528	2.994	9.076	12.070
Imposto de renda a recuperar	4.355	-	4.355	3.033	-	3.033
PIS a recuperar (c)	13.467	5.006	18.473	10.970	4.965	15.935
COFINS a recuperar (c)	59.030	22.702	81.732	35.426	16.234	51.660
Outros impostos e contribuições	3.840	84	3.924	2.771	192	2.963
	124.781	46.857	171.638	86.735	44.282	131.017

Os impostos e as contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- (a) Referem-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 53/17, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária e aos saldos credores de ICMS oriundos das operações da Companhia.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Impostos e contribuições sociais a recuperar--Continuação

- (b) Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS Substituição Tributária, bem como de incentivos e benefícios de ICMS, que serão apropriados no momento da venda.
- (c) Créditos apurados de forma extemporânea, referentes a despesas geradoras de crédito diversas, não reconhecidas nas competências anteriores, bem como saldos credores das operações correntes do período, em razão da diferença positiva entre débitos e créditos das contribuições.

9. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem principalmente, de transações entre empresas da Companhia efetuadas em bases usuais de mercado.

Empresa líder do conglomerado

A J.Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., que por sua vez é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J.Macêdo Alimentos S.A.
- J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A.
- BDM Participações Ltda.

Operação controlada em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na Nota 3.1.

Empresa controlada

CIPOLIN S.A., conforme detalhado na Nota 3.1.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, pela ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

Segue quadro das operações entre as partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Companhias - Tipo de operação				
Ativo circulante				
Contas a receber (Nota 12)	110.445	-	110.445	-
Adiantamento a fornecedores				
Cipolin S.A. (a)	29.475	95.422	-	-
	139.920	95.422	110.445	-
Ativo não circulante				
Empréstimos a receber				
J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações	54.547	27.890	54.547	27.890
J.Macêdo Alimentos S.A.	9.515	5.965	9.515	5.965
Cipolin S.A. (b)	-	-	4.096	3.422
	64.062	33.855	68.158	37.277
Passivo circulante				
Fornecedores				
Cipolin S.A. (c)	(20.582)	(43.111)	-	-
Outras contas a pagar				
Tergran	(1.188)	(1.188)	-	-
Cipolin S.A.	-	(15.510)	-	-
	(1.188)	(16.698)	-	-
	(21.770)	(59.809)	-	-
Passivo não circulante				
Outras contas a pagar				
Cipolin S.A.	(15.510)	-	-	-
	(15.510)	-	-	-
Resultado				
			Controladora	
			2018	2017
Cipolin S.A. - Custo com importação de trigo			458.476	309.172
Tergran - Custos portuários			4.240	3.435
			462.716	312.607

- a) Saldo em aberto na conta de importações de matéria prima em andamento (Estoques) da controlada Cipolin.
- b) Saldos de empréstimos entre Cipolin e J.Macêdo Alimentos S.A.
- c) Saldo em aberto na conta de fornecedores estrangeiros em favor da controlada Cipolin.

Remuneração do pessoal-chave da administração da companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.083 (R\$ 13.000/ano em 2018 e 2017), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas com honorários da Administração totalizaram R\$ 10.301 (2017: R\$ 8.935).

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Transações com partes relacionadas--Continuação

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos perante instituições financeiras são em sua maioria, lastreadas por aval, hipotecas, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, concernente à garantias, receberam avais da controladora J.Macêdo Alimentos S.A. e representaram no exercício findo de 2018, 53,34% (31 de dezembro de 2017: 48,35%) do saldo devedor total perante instituições financeiras.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	32.057	22.779
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para perda ao valor recuperável	54	288
Provisão para perdas com estoques	1.097	992
Provisão para contingências	4.083	5.060
Provisão de honorários de êxito	786	1.018
Programa de participação nos resultados	1.519	333
Provisão ILP dirigentes	477	-
Perda operação "swap"	2.664	2.388
Outras provisões	1.967	1.867
Total diferido ativo	44.704	34.725
Ágio Chiarini	(2.176)	(2.176)
Ganho operação "swap"	(6.960)	(1.103)
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.541)	(12.104)
Valor justo propriedades para investimentos	-	(30.081)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(14.384)	(8.391)
Arrendamento mercantil	(165)	-
Diferença depreciação fiscal	(11.667)	(9.863)
Total diferido passivo	(42.893)	(63.718)
Total de imposto diferido líquido	1.811	(28.993)

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Corrente				
Imposto de renda	(41)	(88)	(59)	(114)
Contribuição social	161	-	153	(10)
	120	(88)	94	(124)
Diferidos				
Imposto de renda	22.327	(2.192)	22.327	(2.192)
Contribuição social	8.477	(47)	8.477	(47)
	30.804	(2.239)	30.804	(2.239)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	30.924	(2.327)	30.898	(2.363)

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	24.244	31.560	24.270	31.596
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota Combinada	(8.243)	(10.730)	(8.252)	(10.742)
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(3.587)	(5.990)	(3.587)	(5.990)
Outras adições, líquidas	(1.402)	(1.969)	(1.402)	(1.993)
	(4.989)	(7.959)	(4.989)	(7.983)
Exclusões permanentes				
Ganho de incentivos fiscais	42.827	16.362	42.827	16.362
Outras exclusões, líquidas	1.329	-	1.312	-
	44.156	16.362	44.139	16.362
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	30.924	(2.327)	30.898	(2.363)
Alíquota efetiva	-127,55%	7,37%	-127,31%	7,48%

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Participações em empresas controladas e controlada em conjunto	10.443	11.941	-	-
Ágio (Nota 14)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	16.906	18.404	64	64

	2018		2017	
	Tergran	Cipolin	Tergran	Cipolin
Informações sobre as controladas: Quantidade de ações	2.193.000	459.773.063	2.193.000	459.773.063
Participação no capital total e votante:	33,33%	100,00%	33,33%	100,00%
Ativo circulante	6.656	145.574	6.829	158.066
Ativo não circulante	2.903	22.020	2.990	18.724
Total de ativos	9.559	167.594	9.819	176.790
Passivo circulante	1.475	159.845	1.315	167.683
Total de passivos	1.475	159.845	1.315	167.683
Patrimônio líquido	8.084	7.749	8.504	9.107
Capital social	9.204	10.576	9.204	10.576
Prejuízo do exercício	(420)	(2.856)	(551)	(600)

Movimentação dos investimentos	2018		2017	
	Tergran	Cipolin	Total	Total
Saldo inicial	2.835	9.106	11.941	12.577
Equivalência patrimonial	(140)	(2.856)	(2.996)	(783)
Varição cambial de investimento no exterior	-	1.498	1.498	147
Saldo final	2.695	7.748	10.443	11.941

12. Propriedades para investimentos

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Propriedade para investimentos	108.081	78.200
Ganho de ajuste a valor justo	2.364	29.881
Baixa por venda	(110.445)	-
Saldo final	-	108.081

As propriedades para investimento estavam registradas a valor justo com base em avaliação realizada por avaliadores independentes e qualificados a cada fim de exercício. Os imóveis registrados como propriedades para investimento incluíam imóveis comerciais que estão arrendados e/ou disponíveis para arrendamento a terceiros.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

12. Propriedades para investimentos--Continuação

Conforme instrumentos particulares de compromisso de venda e compra de imóveis firmados em 28 de dezembro de 2018, as propriedades para investimento foram vendidas para as controladoras J. Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações e J. Macêdo Alimentos S.A., pelo valor justo contabilizado em 2018, totalizando R\$ 110.445, com prazo de seis meses para pagamento.

13. Imobilizado

a) Controladora

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2018			2017		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	26.826	-	26.826	27.132	-	27.132
Edificações e outros imóveis	3,2	273.988	(85.791)	188.197	264.486	(80.198)	184.288
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,8	312.734	(166.111)	146.623	265.255	(149.955)	115.300
Instalações	10,2	34.691	(17.620)	17.071	33.143	(14.597)	18.546
Móveis e utensílios	10,0	10.899	(8.186)	2.713	10.650	(7.555)	3.095
Computadores e periféricos	22,8	10.088	(8.080)	2.008	9.959	(7.169)	2.790
Veículos	16,9	908	(460)	448	1.280	(606)	674
Outros	18,2	7.801	(5.022)	2.779	6.564	(4.423)	2.141
		677.935	(291.270)	386.665	618.469	(264.503)	353.966
Imobilizado em andamento	-	286.626	-	286.626	178.889	-	178.889
Adiantamento a fornecedores	-	42.428	-	42.428	71.730	-	71.730
		1.006.989	(291.270)	715.719	869.088	(264.503)	604.585

Movimentação dos saldos

	Saldos em 2017	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2018
Terrenos	27.132	-	(306)	-	-	26.826
Edificações e outros imóveis	184.288	839	(598)	11.551	(7.883)	188.197
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	115.300	5.000	(19)	42.530	(16.188)	146.623
Instalações	18.546	253	-	1.295	(3.023)	17.071
Móveis e utensílios	3.095	259	(2)	-	(639)	2.713
Computadores e periféricos	2.790	177	(2)	-	(957)	2.008
Veículos	674	-	(149)	-	(77)	448
Outros	2.141	1.501	(4)	-	(859)	2.779
Imobilizado em andamento	178.889	110.378	(117)	(2.524)	-	286.626
Adiantamento a fornecedores	71.730	23.550	-	(52.852)	-	42.428
	604.585	141.957	(1.197)	-	(29.626)	715.719

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	2018			2017		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	26.826	-	26.826	27.132	-	27.132
Edificações e outros imóveis	3,2	277.011	(88.269)	188.742	267.509	(82.563)	184.946
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,8	315.357	(168.413)	146.944	267.762	(152.230)	115.532
Instalações	10,2	35.066	(17.937)	17.129	33.518	(14.904)	18.614
Móveis e utensílios	10,0	10.973	(8.231)	2.742	10.717	(7.597)	3.120
Computadores e periféricos	22,8	10.208	(8.190)	2.018	10.076	(7.276)	2.800
Veículos	16,9	908	(460)	448	1.280	(606)	674
Outros	18,2	7.801	(5.022)	2.779	6.564	(4.426)	2.138
		684.150	(296.522)	387.628	624.558	(269.602)	354.956
Imobilizado em andamento (i)	-	286.626	-	286.626	178.890	-	178.890
Adiantamento a fornecedores (ii)	-	42.428	-	42.428	71.730	-	71.730
		1.013.204	(296.522)	716.682	875.178	(269.602)	605.576

- i. Referem-se, substancialmente, a investimentos para a modernização, aumento da capacidade produtiva e expansão da estocagem de trigo nas unidades de Simões Filho, Fortaleza e Salvador.
- ii. Referem-se a adiantamentos para aquisição de máquinas e equipamentos, cujo saldo está ligado substancialmente à operações de FINIMP's, para modernização das unidades de Salvador, Simões Filho e Fortaleza.

Movimentação dos saldos

	Saldos em 2017	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 2018
Terrenos	27.132	-	(306)	-	-	26.826
Edificações e outros imóveis	184.946	840	(598)	11.551	(7.997)	188.742
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	115.532	5.163	(67)	42.530	(16.214)	146.944
Instalações	18.614	252	-	1.295	(3.032)	17.129
Móveis e utensílios	3.120	267	(2)	-	(643)	2.742
Computadores e periféricos	2.800	179	(2)	-	(959)	2.018
Veículos	674	-	(149)	-	(77)	448
Outros	2.138	1.504	(4)	-	(859)	2.779
Imobilizado em andamento	178.890	110.377	(117)	(2.524)	-	286.626
Adiantamento a fornecedores	71.730	23.550	-	(52.852)	-	42.428
	605.576	142.132	(1.245)	-	(29.781)	716.682

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 17.972 (31 de dezembro de 2017: R\$ 9.400). A taxa média utilizada para capitalização foi de 7,79% a.a. (31 de dezembro de 2017: 9,21% a.a.).

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de informações de fontes externas e internas, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Imobilizado--Continuação

c) Composição da depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depreciação	(28.859)	(28.174)	(29.014)	(28.561)
Despesa com amortização (intangível - Nota 14)	(3.412)	(2.968)	(3.412)	(2.968)
Depreciação do custo atribuído	(767)	(805)	(767)	(805)
Depreciação/amortização no período	(33.038)	(31.947)	(33.193)	(32.334)

d) Ativos concedidos em garantias

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Grupo possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras e processos tributários, conforme apresentado abaixo:

Tipo de garantia	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Máquinas e equipamentos	132.163	74.307
Edificações	170.205	121.615
Instalações	15.296	12.313
Móveis e utensílios	1.735	1.419
Terrenos	22.297	12.850
Imobilizado em andamento	286.626	64.459
Outros	2.729	1.638
Veículos	96	-
	631.147	288.601

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas ao FINEM e ao FINAME do BNDES.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares e sistemas informatizados	Ágio na aquisição de investimentos (a)	Softwares e sistemas informatizados	Total
Vida útil	Definida	Indefinida	Definida	
<u>Custo:</u>				
Em 31 de dezembro de 2017	53.610	6.399	53.610	60.009
Adições	1.735	-	1.735	1.735
Baixas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	55.345	6.399	55.345	61.744
<u>Amortização:</u>				
Em 31 de dezembro de 2017	(45.919)	-	(45.919)	(45.919)
Amortização	(3.412)	-	(3.412)	(3.412)
Em 31 de dezembro de 2018	(49.331)	-	(49.331)	(49.331)
<u>Valor contábil líquido:</u>				
Em 31 de dezembro de 2018	6.014	6.399	6.014	12.413
Em 31 de dezembro de 2017	7.691	6.399	7.691	14.090

(a) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou o teste de valor recuperável e não identificou perda.

15. Fornecedores

Refere-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 07 e 120 dias.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Nacionais	159.165	95.694	159.183	95.719
Estrangeiros (a)	151.178	114.543	261.787	141.180
	310.343	210.237	420.970	236.899

(a) Representado, substancialmente, por contas a pagar para compra de trigo e outras matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2018, o montante de contas a pagar com a controlada Cipolin foi de R\$ 20.582 (31 de dezembro de 2017: R\$ 43.111).

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	4.941	9.370	4.941	9.370
INSS retido	735	475	735	475
ISS retido	494	491	496	491
Outros tributos a recolher	1.305	1.598	1.391	1.668
	7.475	11.934	7.563	12.004

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Composição dos saldos

Moeda nacional	Indexador	Taxas de juros (a.a.)		Controladora e Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
FINAME (b)	Pré-fixado	3,50% a 6,00%	2,70% à 6,00%	32.830	21.279
FINEM BNDES (b)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 4,50%	2,45% à 4,50%	152.891	185.552
Crédito rural	Pré-fixado	1,80% à 2,50%	1,80% à 2,50%	60.993	61.028
Capital de giro	CDI e IPCA	1,10% a 3,50%	19% CDI / 2,47%	167.652	136.513
Moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	4,12% à 5,12%	4,12% à 5,12%	110.615	107.991
Imobilizado (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	5,29% a 5,40%	2,77% a 6,43%	24.356	46.981
				549.337	559.344
Circulante				(336.707)	(153.666)
Não circulante				212.630	405.678

- (a) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J.Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (b) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (c) Operações com "Swap" para CDI conforme Nota 28.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)-- Continuação

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
2019	-	216.330
2020	81.585	71.853
2021	58.337	117.495
A partir de 2022	72.708	-
	212.630	405.678

Movimentação dos saldos

Descrição	2017	Adições			Amortizações			2018
		Principal	Juros	Varição cambial	Principal	Encargos	Transf.	
Finame	43.155	954	13.813	-	(40.749)	(11.950)	38.845	44.068
Finimp	46.981	44.785	2.483	7.922	(74.606)	(3.209)	-	24.356
Swap	14.788	-	5.065	19.371	(15.161)	(4.889)	75.603	94.777
Capital de giro	32.714	80.670	13.293	-	(56.531)	(6.414)	48.781	112.513
Crédito rural	16.028	-	5.144	-	-	(5.179)	45.000	60.993
Total circulante	153.666	126.409	39.798	27.293	(187.047)	(31.641)	208.229	336.707
Finame	163.676	16.414	408	-	-	-	(38.845)	141.653
Swap	93.203	-	-	(1.762)	-	-	(75.603)	15.838
Capital de giro	103.799	-	121	-	-	-	(48.781)	55.139
Crédito rural	45.000	-	-	-	-	-	(45.000)	-
Total não circulante	405.678	16.414	529	(1.762)	-	-	(208.229)	212.630
Total	559.344	142.823	40.327	25.531	(187.047)	(31.641)	-	549.337

Devido a empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, a Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao seu balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018 e à demonstração do resultado do exercício findo naquela data, em relação aos quais está adimplente.

Os juros efetivamente pagos durante o exercício corrente estão sendo apresentados juntamente com o pagamento de principal na demonstração dos fluxos de caixa.

Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício de 2018, a Companhia realizou atividades de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e equivalentes a caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo. Essas transações se referem a FINIMP, nas quais o pagamento dos bens ocorre diretamente pelas instituições financeiras, não transitando os recursos no caixa da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo de Finimp em aberto é de R\$ 24.356 (31 de dezembro de 2017: R\$ 46.981).

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Debêntures (controladora e consolidado)

Em 4 de dezembro de 2018, foi aprovada a 3ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com emissão nesta mesma data, prazo de vencimento de 5 anos, no montante total de R\$ 90.500.

As debêntures foram emitidas sob forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.

O saldo do valor nominal unitário será amortizado em 7 parcelas semestrais e iguais, sendo a primeira no final do 24º mês a contar da data de emissão, e a última, na data de vencimento (04 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2018 não havia ocorrido o recebimento efetivo do montante aprovado. O crédito foi realizado em janeiro de 2019.

Características da oferta

Debêntures	3ª. Emissão
Tipo	Simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	181
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	04/12/2023

19. Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Provisão para contingências--Continuação

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Controladora e Consolidado			
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.897	2.628	4.663	10.188
Provisões	270	7.129	1.330	8.729
Reversão de provisões	(280)	(3.922)	(1.086)	(5.288)
Pagamentos/depósitos	(278)	(1.087)	(1.833)	(3.198)
Encargos financeiros	216	790	310	1.316
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.825	5.538	3.384	11.747
Provisões	140	2.192	152	2.484
Encargos financeiros	134	709	123	966
Reversão de provisões	(31)	(1.707)	(59)	(1.797)
Outras reclassificações	-	3.136	-	3.136
Pagamentos	(109)	(3.405)	(1.012)	(4.526)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.959	6.463	2.588	12.010

O total de pagamentos efetuados em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 4.526 (31 de dezembro de 2017: R\$ 4.817), sendo R\$ 109 (31 de dezembro de 2017: R\$ 278) referente a contingências tributárias, R\$ 3.405 (31 de dezembro de 2017: R\$ 2.706) referente a contingências trabalhistas e R\$ 1.012 (31 de dezembro de 2017: R\$ 1.833) referente a contingências cíveis e administrativas.

a) Tributárias

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária, administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 339.863 (31 de dezembro de 2017: R\$ 300.984), constituídas por R\$ 166.361 (31 de dezembro de 2017: R\$ 155.595) para tributos federais; R\$ 172.274 (31 de dezembro de 2017: R\$ 144.325) para impostos estaduais e R\$ 1.228 (31 de dezembro de 2017: R\$ 1.064) para tributos municipais.

b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional, bem como discussões acerca de eventuais verbas rescisórias.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Provisão para contingências--Continuação

b) Trabalhistas--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, existiam diversas ações judiciais e administrativas trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$ 108.852 (31 de dezembro de 2017: R\$ 108.074).

Os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e depósitos recursais no mesmo período totalizavam o montante de R\$ 5.512 (31 de dezembro de 2017: R\$ 6.863). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

c) Cíveis e administrativas

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 40.982 (31 de dezembro de 2017: R\$ 37.310).

A maior parte das ações nas quais o Grupo figura como réu refere-se, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

A J.Macêdo S.A. é parte ativa em alguns processos em que pode haver um eventual desembolso, em caso de perda do processo, no montante de R\$ 4.946 (31 de dezembro de 2017: R\$ 3.214). São casos onde a Companhia entrou com processo para questionar valores (ação declaratória de nulidade de títulos e sustações de protestos).

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	2018	2017
Tributária	245.545	205.919
Trabalhista	35.733	22.790
Cível	10.578	8.500
	291.856	237.209

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível e valor superior a R\$ 10.000:

- Autor: Receita Federal do Brasil
 - I. Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 29.421, lavrado contra a Companhia em 25 de outubro de 2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Provisão para contingências--Continuação

- II. Auto de infração de CSLL, no valor de R\$ 11.249, lavrado contra a Companhia em 19 de outubro de 2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF.
 - II. Execução Fiscal cuja cobrança (CDA's nº 30.6.05.005897-39, 30.6.05.005898-10, 30.7.05.001435-41 e 30.2.05.002785-48), no valor de R\$ 14.797, foi reativada em decorrência da exclusão da empresa do REFIS-IV da Lei 11.941/2009, o que ocorreu em virtude da PGFN ter convertido os depósitos judiciais em desconformidade com o art. 10 da Lei 11.941/2009. A Companhia apresentou seguro garantia e Embargos à Execução Fiscal.
- Autor: Estado de São Paulo
 - I. Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$ 27.445, lavrado contra a Companhia em 21 de novembro de 1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.
 - II. Execução Fiscal no valor de R\$ 26.148, oriundo do Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 18 de outubro de 2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância Administrativa. Após julgamento improcedente de Recurso Especial pelo TIT/SP, aguarda-se o ajuizamento da Execução Fiscal para apresentação de Embargos à execução. Ajuizada Execução Fiscal nº 1500148-30.2015.8.26.0577.
 - III. Auto de Infração nº 4.113.563-5 lavrado pela SEFAZ/SP em 28 de agosto de 2018, no valor de R\$ 20.926, por ter a Companhia, supostamente, se creditado indevidamente do ICMS, nos períodos de 2014 e 2015, relativos a entradas por transferência de farinha de trigo oriundas do Estado do Paraná e de Santa Catarina.
 - Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
 - I. Auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27 de março de 2006, no valor de R\$ 28.972, por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento desse imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Subvenções governamentais (Controladora)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia fez jus a R\$ 125.961 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2017: R\$ 48.123).

Em relação às subvenções federais, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não apurou base para cálculo do lucro da exploração.

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

a) ADENE (âmbito federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui na redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos para: (i) industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Fortaleza e Maceió, respectivamente (desde 2018 até 2027), (ii) fabricação de massas alimentícias e misturas para bolo (desde 2018 até 2027) e (iii) industrialização de trigo e seus derivados (desde 2015 até 2024) para a unidade de Salvador e (iv) fabricação de biscoitos para a unidade de Simões Filho (desde 2017 até 2026). Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada e reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos arts. 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27 de junho de 1963, Decreto nº 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE, a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se regular na SUDENE.

b) PROVIN (Estado do Ceará)

A J.Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. A partir de fevereiro de 2016 o pagamento do ICMS diferido passou de 15% para 1% da parcela financiada, mantendo a atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (99%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Em agosto de 2016, o governo do Ceará regulamentou o Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado do CE (FEEF), para as empresas beneficiárias do PROVIN, no qual a Companhia estava sujeita ao pagamento durante o período de setembro de 2016 a agosto de 2018. O FEEF é considerado um encargo e corresponde a 10% do incentivo. Seu recolhimento ocorrerá se o valor da arrecadação do mês for inferior quando comparado ao mesmo mês do exercício anterior, limitado a 10% do valor do incentivo.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

c) DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A Companhia é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009, e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J.Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

Em junho de 2016, o governo da Bahia instituiu condição para concessão e manutenção de benefícios e incentivos fiscais, condicionando o benefício da Companhia ao pagamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP) no período de setembro de 2016 a dezembro de 2018. O FECEP é considerado um encargo e corresponde a 10% do valor do benefício usufruído com base no valor do desconto do ICMS obtido na data da liquidação antecipada da parcela do imposto, cujo prazo tenha sido dilatado.

d) PRODESIN (Estado de Alagoas)

A J.Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010, com prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do referido decreto, na forma prevista na Lei nº 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto nº 38.394/2000 e suas alterações.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria-prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

e) Crédito presumido (Estado da Bahia)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito presumido de 16,67% nas saídas de mistura para bolo, pó para sobremesa e fermento nas operações interestaduais, e redução da base de cálculo de ICMS em 41,18% para os mesmos itens nas operações internas.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Subvenções governamentais (Controladora)--Continuação

f) Crédito outorgado (Estado de Goiás)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 3% sobre as saídas interestaduais tributadas a 12%.

g) Crédito presumido (Estado do Paraná)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito presumido nas saídas de farinha de trigo nos seguintes casos: 10% - Saídas para MG, RJ e SP; e 5% - Saídas para PR e demais saídas interestaduais tributadas a 12%.

h) Crédito outorgado (Estado de São Paulo)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 7% nas saídas internas de farinha de trigo e massas.

i) Crédito outorgado (Estado de Pernambuco)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 3% nas entradas de transferência e saídas interestaduais de misturas, fermentos e sobremesas.

A seguir, o quadro resumo dos incentivos federais e estaduais constituídos, que totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, uma reserva de R\$ 379.154.

	Incentivos fiscais			Reserva de incentivos fiscais	
	Federais	Estaduais	Total	Constituída	A constituir
De 2008 a 2013	2.175	158.381	160.556	(160.556)	-
2014	1.843	39.578	41.421	(41.421)	-
2015	128	38.583	38.711	(38.711)	-
2016	4.371	45.835	50.206	(50.206)	-
2017	-	48.123	48.123	(26.966)	21.157
2018	-	125.961	125.961	(61.294)	64.667
	8.517	456.461	464.978	(379.154)	85.824

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito e integralizado estava representado conforme quadro abaixo:

	<u>Quantidade de ações</u>
Capital social	198.603
Ações nominativas - Quantidade:	
Ordinárias	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449
Preferenciais classe B	1.337
	<u>21.832.197</u>

O capital social autorizado da Companhia é de 200.000.000 ações, sendo 100.000.000 ordinárias e 100.000.000 preferenciais, nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b) Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais e federais

Refere-se ao incentivo fiscal federal de redução do imposto de renda e incentivo estadual de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na Nota 20.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial.

d) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos, conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

d) Destinação do lucro--Continuação

- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

	Controladora	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	55.168	29.233
(-) Reserva legal - 5%	(2.758)	(1.462)
	52.410	27.771
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	8.884	(805)
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	(61.294)	(26.966)
Base de cálculo dos dividendos	-	-

e) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

22. Resultado por ação

O lucro básico por ação em 31 de dezembro de 2018 foi calculado com base no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, no montante de R\$ 55.168, e a respectiva quantidade de ações em circulação, conforme quadro abaixo:

	Controladora	
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	55.168	29.233
Lucro atribuível aos acionistas	55.168	29.233
Quantidade de ações em circulação	21.832.197	21.832.197
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais	10.335.786	10.335.786
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$	2,52691	1,33899

Em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas	2.007.508	1.722.744	2.022.801	1.727.155
(-) Impostos	(173.171)	(167.186)	(174.075)	(168.093)
(-) Devoluções	(47.025)	(29.541)	(47.025)	(29.541)
(-) Abatimentos e outros	(69.205)	(24.430)	(69.205)	(24.430)
Receita líquida de vendas	1.718.107	1.501.587	1.732.496	1.505.091

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

24. Custos e despesas operacionais

a) Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Matérias-primas e embalagens	(927.663)	(751.528)	(940.318)	(754.524)
Pessoal	(211.195)	(200.895)	(211.360)	(201.043)
Serviços de terceiros e fretes	(351.680)	(302.658)	(352.014)	(302.772)
Depreciação e amortização	(33.038)	(31.947)	(33.193)	(32.334)
Outros	(131.157)	(163.370)	(131.238)	(163.411)
	(1.654.733)	(1.450.398)	(1.668.123)	(1.454.084)

b) Por função

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custos dos produtos vendidos	(1.199.410)	(999.722)	(1.212.065)	(1.002.718)
Despesas com vendas	(352.470)	(335.961)	(352.470)	(335.961)
Despesas gerais e administrativas (a)	(102.853)	(114.715)	(103.588)	(115.405)
	(1.654.733)	(1.450.398)	(1.668.123)	(1.454.084)

(a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da administração, depreciação e amortização.

25. Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ordenados e salários	(71.607)	(72.165)	(72.856)	(73.367)
Custos de previdência social	(29.702)	(29.721)	(30.102)	(30.122)
Participação nos resultados	(4.500)	(930)	(4.500)	(930)
	(105.809)	(102.816)	(107.458)	(104.419)

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Créditos extemporâneos (a)	17.468	16.757	17.468	16.757
Provisão/reversão de honorários de êxito	682	791	682	791
Variação no valor justo das propriedades para investimentos	2.364	29.881	2.364	29.881
Consultoria/projetos de pesquisa	(6.979)	(1.420)	(6.979)	(1.420)
Resultado na venda/baixa de ativos (b)	(172)	(8.599)	(172)	(8.599)
Provisão para redução ao valor recuperável	-	330	-	330
Contingências líquidas	(1.544)	(4.483)	(1.544)	(4.483)
Provisão/perda com estoque	(1.835)	(2.902)	(1.835)	(2.902)
Outras despesas, líquidas	(11.783)	(16.697)	(11.780)	(16.723)
	(1.799)	13.658	(1.796)	13.632

(a) Em 31 de dezembro de 2018, o valor está representado por créditos extemporâneos de PIS e COFINS sobre descontos incondicionais e despesas de frete geradoras de crédito das contribuições, bem como de ICMS sobre transferências de farinhas e ressarcimentos de ICMS ST do Protocolo 53/17.

(b) Em 2017, valor substancialmente representado pela baixa de ativos da unidade desativada de Pouso Alegre.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	(24.385)	(19.881)	(24.385)	(19.881)
Variações monetárias e cambiais passivas	(65.744)	(25.017)	(65.744)	(25.017)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(24.404)	(20.378)	(24.404)	(20.378)
Outras despesas financeiras	(10.435)	(8.453)	(14.571)	(9.436)
Outras despesas de juros	(1.161)	(1.289)	(1.161)	(1.289)
Tarifas bancárias	(532)	(540)	(532)	(540)
Despesas financeiras	(126.661)	(75.558)	(130.797)	(76.541)
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	44.114	11.458	44.114	11.458
Variações monetárias e cambiais ativas	39.976	22.504	39.976	22.504
Rendimentos de aplicações financeiras	4.822	5.788	4.822	5.788
Outras receitas financeiras	3.414	3.304	3.578	3.748
Receitas financeiras	92.326	43.054	92.490	43.498
Resultado financeiro	(34.335)	(32.504)	(38.307)	(33.043)

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, foi requerido um considerável julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- *Nível 1* - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- *Nível 2* - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- *Nível 3* - Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2 e não houve mudança entre níveis ao longo do período.

Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores contábeis em virtude de as operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Seguem os ativos e os passivos financeiros:

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)--Continuação

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros:				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Bancos conta movimento	32.503	8.291	32.503	8.291
Equivalentes de caixa	2.608	220.570	2.608	220.570
Aplicações financeiras	66.271	-	66.271	-
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	159.776	131.152	159.776	131.152
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	64.062	33.855	64.062	33.855
Ativos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de "swap"	28.760	7.674	28.760	7.674
	353.980	401.542	353.980	401.542
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	549.337	559.344	529.621	580.245
Debêntures	-	29.203	-	29.203
Fornecedores	310.343	210.237	310.343	210.237
Arrendamentos mercantis financeiros	1.912	3.730	1.912	3.730
Empréstimos e outras contas a pagar a partes relacionadas	16.698	16.698	16.698	16.698
Passivos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de "swap"	8.892	7.024	8.892	7.024
	887.182	826.236	867.466	847.137
Consolidado				
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros:				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Bancos conta movimento	116.421	41.872	116.421	41.872
Equivalentes de caixa	2.647	280.772	2.647	280.772
Aplicações financeiras	66.271	-	66.271	-
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	200.589	152.389	200.589	152.389
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	68.158	37.277	68.158	37.277
Ativos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de "swap"	28.760	7.674	28.760	7.674
	482.846	519.984	482.846	519.984
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	549.337	559.344	529.621	580.245
Debêntures	-	29.203	-	29.203
Fornecedores	420.970	236.899	420.970	236.899
Arrendamentos mercantis financeiros	1.912	3.730	1.912	3.730
Passivos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de "swap"	8.892	7.024	8.892	7.024
	981.111	836.200	961.395	857.101

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

b) Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, operações de *swap*, debêntures e empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à Alta Administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que estes são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos a seguir.

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e os passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

c) Risco de mercado--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Instrumentos de taxa fixa</u>				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(101.729)	(126.816)	(101.729)	(126.816)
	<u>(101.729)</u>	<u>(126.816)</u>	<u>(101.729)</u>	<u>(126.816)</u>
<u>Instrumentos de taxa variável</u>				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	2.608	220.570	2.647	280.772
Aplicações financeiras	66.271	-	66.271	-
Derivativos	28.760	7.674	28.760	7.674
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(447.608)	(432.528)	(447.608)	(432.528)
Debêntures	-	(29.203)	-	(29.203)
Derivativos	(8.892)	(7.024)	(8.892)	(7.024)
	<u>(358.861)</u>	<u>(240.511)</u>	<u>(358.822)</u>	<u>(180.309)</u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/(redução) em %	Efeito no lucro antes da tributação
2018	(25%)	(4.077)
	(50%)	(8.154)
2017	(25%)	(2.569)
	(50%)	(5.138)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscilar devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

c) Risco de mercado--Continuação

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira em relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos três meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Os principais montantes dos empréstimos bancários do Grupo em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de *swap*, e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*. As operações consistem na troca da variação cambial (Dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média prefixada de 3,48% (31 de dezembro de 2017: 3,20%).

31 de dezembro de 2018	Valor Notional	Valor justo		Resultado no exercício
		Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	
Risco de taxa de câmbio				
Instrumentos financeiros	110.790	28.760	8.892	19.729
		28.760	8.892	
	Circulante			
	Não circulante	-	-	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo registrou um resultado financeiro positivo de R\$ 19.729 (negativo de R\$ 8.423 em 2017).

Segue a exposição líquida da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira	134.971	154.972	134.971	154.972
Fornecedores	151.178	114.543	261.787	141.180
Contrato de <i>swap</i>	(134.971)	(154.972)	(134.971)	(154.972)
Exposição líquida	151.178	114.543	261.787	141.180

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

	Aumento/(redução) em %	Efeito no lucro antes da tributação	
		Controladora	Consolidado
2018	25%	37.795	65.447
	50%	75.589	130.894
2017	25%	28.636	35.295
	50%	57.272	70.590

Risco de preço de commodities

O Grupo é afetado pela volatilidade dos preços de certas *commodities*. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas *commodities*, o Grupo desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de *commodities*.

O Grupo monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

O Grupo buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda, além de operar com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito a procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada às condições de mercado.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contava com 4 clientes (31 de dezembro de 2017: 15 clientes) que deviam mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 19,3% (31 de dezembro de 2017: 29,7%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos da Companhia, 63,5% (31 de dezembro de 2017: 58,7%) vêm operando há mais de dois anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se esses clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes. Clientes que são ranqueados como "risco alto" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo e por dependência de cliente foi:

Risco de crédito – tipo de cliente	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Clientes - Atacado	135.849	106.606	135.849	106.606
Clientes - Varejo	44.860	29.135	44.860	29.135
Outros clientes	5.554	12.560	46.367	33.797
(-) Deduções	(18.216)	(9.618)	(18.216)	(9.618)
	168.047	138.683	208.860	159.920

Risco de crédito – concentração de carteira	Consolidado			
	2018	%	2017	%
Maior cliente	8.939	4,3	8.231	5,1
2º a 11º maior cliente	38.697	18,5	29.077	18,2
12º a 50º maior cliente	53.239	25,5	40.524	25,3
Demais clientes	107.985	51,7	82.088	51,4
	208.860	100,0	159.920	100,0

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta nota explicativa. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2017: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente em aplicações financeiras de curto prazo e de baixo risco nas principais instituições financeiras. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo de empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos são apresentados, respectivamente, nas Notas 17 e 18.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Não ocorreu alteração no capital social do Grupo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como também, não houveram alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o mesmo exercício e anterior.

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

29. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as apólices da Companhia em vigor retratam as seguintes coberturas:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Modalidade:		
Responsabilidade civil (a)	16.000	16.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	224.112	224.112
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	377.860	377.860
	617.972	617.972

(a) Limitado a R\$ 8.000 por sinistro ou ocorrência.

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

* * *

J.Macêdo S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais)

Declarações dos Diretores sobre as demonstrações contábeis

Declaramos, na qualidade de diretores da J.Macêdo S.A., sociedade por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório do auditor independente e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.



J. MACÊDO S.A.
COMPANHIA ABERTA – CVM: 2115-6
CNPJ: 14.998.371/0001-19
NIRE: 23.3.0002679-9

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA, FINANÇAS E RISCO
REALIZADA EM 18 DE MARÇO DE 2019 – (1ª/2019)

DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 18 de março de 2019, às 14h, na sede da Companhia, situada na Rua Benedito Macêdo, nº 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, CEP 60.180-900.

PRESENCAS: A totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, conforme assinaturas lançadas ao final desta ata.

ORDEM DO DIA: Analisar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas empresas controladas, encerrado em 31 de Dezembro de 2018.

COMPOSIÇÃO DA MESA: **Adalberto Schetttert** – Coordenador Executivo do Comitê e da Mesa; **Roberto Proença de Macêdo** e **Bruno Macêdo Rosa** – Membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da J. Macêdo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2018”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Ernst & Young – Auditores Independentes S.S., aprovam, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2018, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: **Adalberto Schetttert** (Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); **Roberto Proença de Macêdo** e **Bruno Macêdo Rosa** (Membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco), conforme constante em livro próprio.

A presente ata é cópia fiel da via original lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia.

Fortaleza, 18 de Março de 2019.

ADALBERTO SCHETTERT
Coordenador Executivo do Comitê de
Auditoria, Finanças e Risco da Companhia.